



## PARECER JURÍDICO

**Consulente:** Comissão Permanente de Licitação.

**Modalidade:** PREGÃO – Menor preço

**Assunto:** “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS E IMPRESSOS DESTINADOS AS SECRETARIAS E FUNDOS VINCULADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARÁ/PA”.

**Referência:** Processo Licitatório nº 018/2017.

**Ementa:** ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS E IMPRESSOS DESTINADOS AS SECRETARIAS E FUNDOS VINCULADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARÁ/PA. LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO. Havendo conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, a modalidade Pregão, visa a atender ao princípio da legalidade, tendo o processamento cumprido os princípios que norteiam a lei de licitação e a Administração Pública. Possibilidade de Homologação.

### 1. DO RELATÓRIO

Para exame e parecer desta Procuradoria Jurídica, a Comissão Permanente de Licitação, por meio de seu Presidente, remeteu o processo



Pregão Presencial nº 015/2017, referente ao fornecimento de MATERIAS GRÁFICOS E IMPRESSOS para a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará e fundos, na modalidade de pregão presencial.

Houve o procedimento licitatório, no qual compareceram os licitantes, **R E SOARES RIBEIRO ME, GRAFICA VALE LTDA-ME, W.N. DA S. PINHEIRO- EPP, SILVA E SALDANHA LTDA-EPP, LIMA E LIMA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP,** , sendo informado os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do pregão, baseando-se integralmente na Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, e a Lei 8.666/93 e Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Federal nº 3555/2000 e alterações serviente e demais exigências do Edital.

Em seguida foi iniciada a etapa de abertura do envelope de proposta de preço, encerrada a etapa para a obtenção do melhor preço unitário dos produtos a serem fornecidos, sendo solicitada os envelopes de habilitação das licitantes classificados em 1º lugar, cumprindo requisitos formais, iniciou-se a fase de habilitação e verificou-se que as empresas **W.N. DA S. PINHEIRO- EPP, SILVA E SALDANHA LTDA-EPP, LIMA E LIMA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP,** encontrava-se com toda a documentação de acordo com o edital e atendendo as exigências, tendo o



pregoeiro proferido o resultado da habilitação, onde declarou Habilitada a referida empresa.

Consultados pelo Pregoeiro sobre a intenção de interpor recursos imediatos e motivados, os representantes das empresas declinaram-se carretando decadência no direito de recorrer.

É o sintético relatório

## 2. DO PARECER

Trata-se de parecer referente a Licitação nº 015/2017 – Pregão – Menor Preço, para contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de materiais gráficos e impressos, p/ atender as necessidades da prefeitura municipal, secretarias e fundos de santa luzia do Pará”.

Verificou-se que foram observadas as formalidades legais para o presente caso, que houveram 5 participante, que participaram de todas as fases dos procedimentos, não tendo nenhuma ocorrência que desclassificasse a proposta dos licitantes.

Após a análise, verifica-se que todas as exigências legais foram cumpridas, estando em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93, as legislações vigentes e o edital, logrou-se vencedoras as empresas W.N. DA S. PINHEIRO- EPP, SILVA E SALDANHA LTDA-EPP, LIMA E LIMA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP, com os itens de menor preço.

## 3. DA CONCLUSÃO



Assim, diante do exposto, esta Procuradoria Jurídica, entende que o procedimento respeitou os limites da legalidade, sendo favorável a homologação em favor das empresas, por terem apresentado a proposta mais vantajosa.

É O PARECER.

Santa Luzia do Pará, 09 de Junho de 2017.

---

*MAYARA CARNEIRO LÉDO MÁCOLA*

*OAB/PA 16.976*

PREFEITURA DE

**SANTA LUZIA DO PARÁ**

CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA